

NOVOS OLHARES E DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE A HISTÓRIA INDÍGENA: A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS CULTURAIS

NEW PERSPECTIVES AND DIFFERENT APPROACHES ABOUT INDIGENOUS HISTORY: THE CONTRIBUTION OF CULTURAL STUDIES

Vera Lúcia Ferreira Vargas¹

Amanda Ximenes da Silva²

RESUMO: O presente artigo tem como tema central os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores indígenas de Mato Grosso do Sul, inseridos nos diferentes programas de pós-graduação das universidades brasileiras. Trata-se de uma pesquisa em fase inicial que está em desenvolvimento, tendo por objetivo identificar e analisar as produções acadêmicas realizadas pelos pesquisadores indígenas de Mato Grosso do Sul. Nessa perspectiva, foram selecionados os estudos culturais como campo teórico para compreender as diferentes ações desenvolvidas pelos povos indígenas marcados pela diferença e alteridade, possibilitando, assim, a desconstrução de discursos coloniais que inferiorizam os povos indígenas alvos de estereótipos como se houvesse, de fato, sociedades com saberes superiores. Portanto, as informações ora apresentadas são de caráter inicial, cujo principal objetivo é o de compartilhar os conhecimentos sobre o tema.

Palavras-chave: Estudos Culturais; Mato Grosso do Sul; pesquisadores indígenas.

ABSTRACT: The main theme of this paper is the work developed by indigenous researchers from Mato Grosso do Sul, inserted in different graduate programs of Brazilian universities. This is an early stage research that is under development, with the objective of identifying and analyzing the academic productions carried out by indigenous researchers from Mato Grosso do Sul. From this perspective, cultural studies were selected as a theoretical field to understand the different actions developed by indigenous peoples marked by difference and alterity, thus enabling the deconstruction of colonial discourses that make indigenous peoples the target of stereotypes, as if there were, in fact, societies with superior knowledge. Therefore, the information presented here is of an initial nature, whose main objective is to share knowledge on the topic.

Keywords: Cultural Studies; Mato Grosso do Sul State; indigenous researchers.

1 Professora de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS/CPAQ e do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais/PPGCult/UFMS/CPAQ. Coordenadora do Laboratório Rede de Saberes/UFMS/CPAQ, vinculada ao Laboratório de História Indígena/LHIN/CPAQ/UFMS. E-mail: veraterena@gmail.com.

2 Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Aquidauana. Especialista em História da América pela UFMS, Campus de Aquidauana. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais/PPGCult. E-mail: amandaufms@gmail.com.

Ao longo do processo de contato entre índios e não índios, principalmente após a colonização das Américas, o conhecimento que foi produzido e divulgado sobre os povos indígenas, para e pela sociedade envolvente, passou pelo ponto de vista hegemônico ocidental, ou seja, pensamentos, conhecimentos e códigos de linguagens dos colonizadores que sempre os perceberam e os trataram como povos inferiores e incapazes, entre outros termos e conceitos pejorativos, povos que precisam ser conduzidos e civilizados. Essas concepções atravessaram os séculos e ainda se fazem presentes no tempo atual. Manuais didáticos, ao longo de sua história, ajudaram a consolidar essas concepções equivocadas dos índios no passado.

A partir desse ponto, chama-se a atenção para o preconceito que os povos indígenas vivenciaram e ainda vivenciam cotidianamente na sociedade envolvente. Os discursos que ainda deslegitimam suas ações e as suas capacidades de se auto-gerirem permaneceram e, como consequência, ajudam a desencadear sérias implicações no que diz respeito ao acesso de seus direitos que, inclusive, foram garantidos na Constituição Brasileira de 1988 e que ainda não são respeitados.

Tal contexto é comum em todo território brasileiro: índios discriminados, desrespeitados e afrontados das mais diferentes formas. Assim, a história de contato está sendo revisitada constantemente por diversos pesquisadores da história dos povos índios, entre eles os próprios pesquisadores indígenas que estão realizando importantes contribuições para desfazer muitos equívocos do passado e, dessa forma, garantir um lugar mais justo aos seus povos e às suas inúmeras contribuições para a formação das Américas e, conseqüentemente, do Brasil. As universidades brasileiras, por meio de seus cursos de graduações e principalmente os de pós-graduações, por meio de suas produções acadêmicas, ou seja, de artigos, dissertações e teses realizadas por diferentes pesquisadores em todo o Brasil, têm contribuído muito para esse novo olhar sobre a história indígena, favorecendo uma revisão de procedimentos, atitudes do contato da sociedade não índia com os povos índios.

Nesse sentido, a pesquisa que ora se realiza, e está em desenvolvimento, tem, por objetivo, identificar e analisar as produções acadêmicas realizadas pelos pesquisadores indígenas em Mato Grosso do Sul nos diversos programas de pós-graduações nas universidades brasileiras, com a perspectiva de mapear e identificar o que os trabalhos produzidos têm em comum, de perceber e demonstrar como ocorreram e ocorrem as relações entre os pesquisadores indígenas dentro do seu universo acadêmico, assim como suas relações com as aldeias, identificando as redes e alianças entre eles e os não índios. Portanto, as informações aqui apresentadas são de caráter inicial, no sentido de compartilhar informações e conhecimentos.

Dentro dessa perspectiva, importantes trabalhos foram desenvolvidos como os de Monteiro (1994; 1995; 1999), Cunha (1992), Pacheco de Oliveira (1999a; 1999b), Almeida (2003; 2007; 2009; 2010) entre outros que contribuem diretamente para as desconstruções das imagens equivocadas sobre os índios no passado, demonstrando que, ao longo da história, sempre interagiram, ao seu modo, com o "outro", neste caso, o colonizador.

Nesse sentido, elege-se o trabalho desenvolvido por Maria Regina Celestino de Almeida que

traz uma importante contribuição para o estudo e compreensão de novas abordagens, possibilitando novas reflexões, como evidenciou em seu livro: "O índio na história do Brasil" (2010). Para além dessas contribuições, também evidenciou que os índios compreenderam seu papel político e seu lugar na história através de suas ações (Almeida, 2009). Dessa maneira, John Manuel Monteiro e Maria Regina Celestino de Almeida, a partir do diálogo entre a Antropologia e a História, ampliaram as percepções sobre a história dos povos indígenas durante o processo de colonização no Brasil. Alguns de seus estudos já mencionados tornaram-se referências para os demais pesquisadores, contribuindo diretamente para a releitura da história dos povos indígenas, seguindo até o tempo presente.

O estranhamento da cultura hegemônica em relação aos povos indígenas é recorrente, e não poderia ser diferente com aqueles que seguem a carreira acadêmica, sujeitos dessa pesquisa, como já mencionado. Para compreender as ações desenvolvidas pelos pesquisadores indígenas, optou-se por se apropriar do conceito de *entre-lugar* (BHABHA, 1998), aqui compreendido como a universidade e a aldeia e *hibridação* (CANCLINI, 1998), uma vez que se entende que o índio não deixou de ser índio por transitar em outros espaços fora da aldeia; nesse caso, se entende que o índio não deixou de ser índio por ingressar na universidade e seguir a carreira acadêmica por meio da pós-graduação. Pelo contrário, entende-se que se os sujeitos que foram, ao longo dos anos, pesquisados pela Antropologia, História, Sociologia e outros campos do conhecimento, nos tempos atuais eles próprios estão pesquisando e buscando o reconhecimento da sua produção acadêmica, demonstrando que a Educação é um importante instrumento para a conquista de seus direitos. Neste sentido:

Os Terena estão construindo e reconstruindo novas relações e alianças com a sociedade envolvente, que têm servido para respaldar e legitimar as reivindicações por direitos, sobretudo junto aos órgãos oficiais do Estado brasileiro. (CASTRO; VARGAS, 2013, p. 2)

E é nessa perspectiva que os Estudos Culturais se constituem no campo teórico que respalda este estudo, sendo os povos indígenas marcados pela diferença e alteridade. Segundo Bhabha (1998), o discurso colonial opera as relações de poder, ser e saber como estratégia de controle e em decorrência desse olhar colonizador os povos indígenas, neste caso, são vistos como os "outros" pela cultura ocidental. Os estudos culturais então possibilitam desconstruir discursos coloniais que inferiorizam os grupos, então categorizados como "subalternos", os quais são alvo de estereótipos, como se houvesse, de fato, sociedades com saberes superiores. Bergamaschi, em sua pesquisa, traz uma contribuição que discute os saberes, relacionando o que também se considera como o *entre-lugar*: o conhecimento acadêmico e o conhecimento indígena.

O encontro da academia e da ciência moderna com o conhecimento indígena é pautado por muitas incompreensões e até por muitas arrogâncias, pois predomina na universidade a crença num saber único, resultado da ciência moderna e que tem como base a experimentação e a comprovação. (BERGAMASCHI, 2014, p. 17)

Atualmente, existem cerca de 450 (quatrocentos e cinquenta) acadêmicos indígenas, sendo a maioria Terena e no campus de Aquidauana/CPAQ/UFMS. A maior parte deles desenvolve pesquisas por meio de Trabalhos de Conclusão de Curso/TCC voltados para temas relacionados ao seu coti-

diano na aldeia. No Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais/PPGCult deste ano de 2020, três egressos do curso de História do CPAQ ingressaram no programa.

Dessa forma, a educação para eles é compreendida como uma das estratégias de resistência no cenário político da sociedade envolvente. Os pesquisadores indígenas, que em geral fazem parte do movimento indígena, se apropriam dos códigos da sociedade envolvente para atender suas demandas societárias. Portanto, o pesquisador indígena transita nesse *entre-lugar*³, que nesta pesquisa se refere à vivência desses sujeitos nos espaços da sua comunidade e da universidade.

O conceito de *entre-lugar* proposto por Homi Bhabha contribui para discutir ou relacionar os espaços da sociedade envolvente onde os indígenas reconstróem estratégias de sobrevivência, onde culturas diferentes se encontram e reconstituem suas identidades. Nesta pesquisa, o *entre-lugar* se constitui entre a aldeia e a universidade, compreendendo que a fronteira está estabelecida entre elas, entendendo que os pesquisadores terenas extrapolam esses espaços na medida em que estão na universidade, e através dela denunciam situações, buscam legitimações de direitos (saúde, educação, terra etc) junto ao Estado brasileiro.

Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 1998, p. 20)

É nessa perspectiva que seguimos com o desenvolvimento da pesquisa; para continuar o diálogo no campo dos estudos culturais, Néstor García Canclini (1998), que trabalha a discussão sobre interculturalidade a partir do ponto de vista latino-americano, também comporá este estudo com seu conceito de *hibridação* para a compreensão do que é ser indígena na contemporaneidade, ocupando outros espaços fora da aldeia, se articulando e se tencionando dentro das universidades, construindo uma interculturalidade. Esse conceito nos auxilia a pensar as identidades e as práticas culturais indígenas sob uma concepção diferente à das abordagens essencialistas e isso é importante, pois se sabe que abordagens essencialistas conduzem à prática da valorização dos índios no passado, o que gera uma série de retrocessos para os povos indígenas. Assim:

la idea de culturas híbridas, porque permite imaginar morfologias sociales, campos de regularidad singularizados, designaciones de la catástrofe, pero una catástrofe que no es un borde limítrofe, un mero punto de singularidad, el espacio de una fractura. La cultura híbrida no designa un vacío, una grieta en el proceso de transición, sino la materia misma de una cultura, de su vitalidad y su fuerza de invención singularizada y en disipación. (CANCLINI, 1998, p. 361-362)

Canclini trabalha com o termo “hibridação” porque abarca diversas mesclas interculturais. Para ele:

3 “Muitas vezes usamos como inspiração outros neologismos já incorporados à linguagem crítica; assim para os termos *in-between*, *time-lag* e outros afins, partimos da conhecida formulação de *entre-lugar*, de Silviano Santiago - daí os termos *entre-meio* e *entre-tempo*, por exemplo”. Retirado de Traduzindo Bhabha: algumas considerações - por Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. (BHABHA, 1998, p. 9-10)

La hibridez tiene un largo trayecto en las culturas latinoamericanas. Recordamos antes las formas sincréticas creadas por las matrices españolas y portuguesas con la figuración indígena. En los proyectos de independencia y desarrollo nacional vimos la lucha por compatibilizar el modernismo cultural con la semi modernización económica, y ambos con las tradiciones persistentes. (CANCLINI, 1998, 14-15)

É importante evidenciar que suas práticas e os discursos indígenas só são legitimados a partir da aldeia, que para os Terena é lugar de pertencimento, reconhecimento e por isso de legitimação das lideranças que os representam dentro e fora da aldeia. Somente as lideranças que são reconhecidas pela comunidade têm autoridade para os representá-los fora do contexto aldeia. Nessa forma:

A aldeia deve ser entendida como um adensamento de relações parentais, políticas e religiosas entre um determinado número de troncos que ocupam uma área contínua de terras. A idéia de adensamento é importante porque os troncos de uma aldeia também se relacionam com os troncos de outras aldeias, [...] mas estas relações tendem a ser mais diluídas e menos frequentes, uma vez considerada a distância espacial e social aí instaurada. De todo modo, as redes ampliadas também são muito valorizadas por ampliarem o horizonte social, principalmente no caso das lideranças e das pessoas que buscam melhores condições de vida. [...] É importante ainda que a aldeia esteja sempre inserida numa rede que extrapola os seus limites, sendo esta inserção imprescindível para o seu reconhecimento. (PEREIRA, 2009, p. 59)

A partir dessa compreensão do que é a aldeia para os Terena, reconhece-se que o entre-lugar só existe a partir da aldeia; a aldeia é um lugar de ressignificação, é a partir dela que tudo está vinculado; o discurso ao qual os indígenas se apropriam se legitima na aldeia, a aldeia é o primeiro lugar de fala. A legitimação de toda posição, fala ou ação está ligeiramente associada ao reconhecimento da liderança da comunidade em questão; também aqueles que não são reconhecidos pela comunidade não se constituem em liderança.

A *hibridação* está na vivência com culturas outras, a transição entre a sociedade envolvente e sua comunidade, onde uma constitui a identidade da outra num processo de interculturalidade. Sujeitos *híbridos* num *entre-lugar*.

[...] a formação de intelectuais indígenas não ocorre somente na academia: o intelectual indígena que chega à universidade, em geral emerge e atua nos movimentos, na organização e na afirmação étnica, na luta pelo reconhecimento social, político e cultural, pelos direitos básicos de viver na terra e ter respeitado suas territorialidades, por saúde e por educação. (BERGAMASCHI, 2014, p. 27)

Essa afirmação corrobora com a importância das aldeias para os Terena, pelas várias funções que ela exerce. A presença indígena na universidade é cada vez mais notória. No Campus de Aquidauana/CPAQ/UFMS, como já foi mencionado, cerca de 450 acadêmicos indígenas ali estão inseridos nos diferentes cursos oferecidos pela instituição. Porém existem acadêmicos indígenas inseridos nas demais universidades da região como a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS, e tanto a UFMS quanto a UEMS possuem, ambas, campus em diversos municípios do Estado. Existem ainda as universidades particulares, dentre as quais, a Universidade Católica Dom Bosco/UCDB se destaca. Em todas essas universidades consta algo em comum: a presença do Programa Rede de Saberes que tem, por finalidade, a permanência dos acadêmicos indígenas no Ensino Superior. Dessa forma, o número de acadêmicos indígenas no Estado é muito maior do que esses apresentados

no momento, o qual se restringe apenas ao Campus de Aquidauana.

A presença indígena na universidade não é algo novo; eles sempre estiveram lá, em números muito menores que hoje, obviamente, porque o acesso à cidade e à universidade era muito mais difícil; porém há informações sobre os índios Terena, com ensino superior, que estiveram na universidade mas nunca se identificaram como índios, para que dessa forma não vivenciassem os preconceitos tão comuns presentes entre índios e não índios e muitos deles com diversas experiências educacionais, principalmente entre as escolas das missões religiosas, como informaram Ventura e Amado, até o seu acesso e a permanência na universidade (VENTURA; AMADO, 2016).

A hibridação se inicia nesse encontro de sociedades com modos de viver completamente diferentes, com concepções, signos e organizações distintas. Os Terena, assim como todos os povos indígenas, são sujeitos da história e, ao longo dos séculos, se articularam com a sociedade envolvente buscando a garantia de seus direitos.

Atualmente, temos um considerável número de acadêmicos indígenas dentro das diversas universidades brasileiras para atenderem os mais diversos objetivos individuais e coletivos, uma vez que muitos deles estão diretamente vinculados ao movimento indígena, engajados na luta pela garantia e manutenção dos direitos indígenas.

Entre as suas principais reivindicações constam o direito à terra, pois como foi mencionado anteriormente é a partir dela que se organizam das mais diferentes formas, seja no campo político, cultural, econômico, educacional, entre outros. Assim, a partir dessas considerações, a aldeia também é considerada lugar de elaboração e reelaboração de identidade, de pertencimento, de reconhecimento e legalização de ações reivindicatórias por direitos entre os quais se destaca o território.

Nesse sentido, os pesquisadores Terena, atuantes quase sempre como professores nas aldeias, têm dado importantes contribuições no que se refere à ampliação de conhecimentos sobre sua população, por meio de discussões dentro e fora das escolas junto às suas diversas comunidades, e utilizando-se ainda de instrumentos legais vigentes no Estado brasileiro, esclarecendo, informando, divulgando-os bem como o modo de serem acessados .

No final do século XX, os professores indígenas começaram a recuperar as informações referentes à sua história e às contribuições dos Terena para o desenvolvimento do então sul de Mato Grosso, para ensinar os demais a valorizar sua condição atual, incluindo os benefícios que lhes pode trazer o estudo: conhecer as dificuldades anteriores para se instrumentalizarem e revertê-las em estímulos para as atuais reivindicações. Pode-se dizer que, nesse momento, os professores indígenas se tornaram "os guardiões da memória" e, por meio dela, contribuem diretamente para incentivar a formação dos jovens Terena, cada vez mais conscientes de sua história, de suas perdas, das transformações ocorridas, buscando, por meio desses aprendizados, a defesa do território, entre outros direitos. É esse um dos objetivos que move os Terena para enfrentar as muitas dificuldades com as quais têm deparado na busca pelo conhecimento de seu passado, via instituições de ensino, para melhor desenvolverem suas atividades dentro e fora das aldeias.

Assim, os jovens índios que saem de suas aldeias para estudar e trabalhar nas cidades não rompem com a sua cultura, mas atualizam-na mediante as suas necessidades atuais, entre as quais

destacam-se a de defender, preservar e recuperar o seu território. Por isso, vêm insistentemente solicitando a legalização, a revisão, a ampliação das áreas em que se encontram, bem como buscando trabalhos fixos que lhes garantam salário mensal, como é o caso das funções de professor e agente de saúde dentro das aldeias. Esses são fatores que contribuem para a busca ou ampliação de conhecimentos fora delas, de modo que estes possam ser revertidos a seu favor, de forma individual ou coletiva, como nas disputas com o Estado brasileiro.

Para isso, fortalecem os vínculos de pertencimento incentivando o uso da língua Terena entre eles. Tais fatores são compreendidos a partir de Barth (2000), que considera as categorias étnicas como um meio pelo qual se conduz a organização das diferenças, que se dá a partir da interação social, possibilitando, por sua vez, a constante rearticulação das identidades étnicas.

Nesse sentido, a apropriação de suas memórias, do fortalecimento dos vínculos com o seu passado são fios condutores para reforçar a importância da terra para os Terena, justificando a necessidade de ampliação e revisão das áreas em que se encontram; entre os seus argumentos, afirmam que são povos agricultores, como consta em diversos documentos produzidos pelo então Império Brasileiro, principalmente os da Diretoria Geral dos Índios/DGI⁴, em artigos, dissertações e teses produzidas sobre eles a partir do século XX. Taunay (1923; 1931), Oberg (1949), Oliveira (1968; 1976), Vargas (2003), Miranda (2006), Garcia (2008) encontram nessas fontes informações para reafirmarem os discursos acerca de que foram eles, os Terena por meio de suas plantações que alimentaram o Exército brasileiro durante a Guerra contra o Paraguai e que suas aldeias serviram de abrigo ou proteção para os não índios.

Para além dessas contribuições outras se somam ao longo da trajetória indígena, como estão demonstrado as pesquisas realizadas pelos próprios Terena, por exemplo, a do professor e pesquisador indígena Paulo Baltazar que, em sua dissertação de mestrado "O processo decisório dos Terena" (2010), demonstra a participação indígena de seus antepassados em defesa do território nacional na Segunda Grande Guerra (1939-1945):

Historicamente, vários Terena fizeram parte da Força Expedicionária Brasileira. Leão Vicente, da Aldeia Bananal; Irineu Mamede, da Aldeia Água Branca; e Aurélio Jorge, da Aldeinha de Anastácio, MS, que incorporaram ao Exército Brasileiro, pertencendo ao 9º. Batalhão de Engenharia de Combate, sediado em Aquidauana, e participaram da Segunda Guerra Mundial nos campos da Itália. Essa epopéia ficou registrada na memória cultural dos Terena, que relembram os seus heróis no campo de batalha dos brancos. É motivo de orgulho para os Terena comprovar que sua valentia foi reconhecida pelos brancos, até mesmo no estrangeiro.

(BALTAZAR, 2010, p. 48)

Dessa maneira, evidenciam as experiências vividas pelos Terena ao longo dos séculos. Portanto, retomam e ampliam essas informações e, para as suas ações políticas atuais, insistem em suas memórias que permitem uma leitura do passado e o fortalecimento de uma memória histórica que legitima reivindicações atuais, sobretudo as territoriais (RAPPAPORT, 2005). Portanto, as experiências vividas são lembradas com o intuito de fortalecer suas ações reivindicatórias no presente. Para isso, contam com uma memória histórica sobre as lutas pelas terras que ocupavam; nesse

4 LIVRO DE REGISTRO DA DGI, 1848-1860, n.101, APMT. LIVRO DE REGISTRO DGI DA, 1860-1873, n.191, APMT.

sentido, as memórias referentes ao seu apoio ao Exército brasileiro em inúmeras situações, especialmente em duas delas: na defesa do território nacional na Guerra contra o Paraguai durante o século XIX e a sua participação na Segunda Guerra Mundial na primeira década do século XX.

Os Terena destacam que foi com o resultado desse apoio que emergiram as relações de “amizade” entre as suas lideranças indígenas e as autoridades brasileiras, as quais, no entanto, não impediram suas perdas territoriais que ainda hoje geram situações conflituosas entre os índios e o Estado brasileiro. É por meio da cultura histórica, compreendida como o posicionamento que os índios têm sobre o seu passado e o uso que fazem dele para fazer frente aos desafios vivenciados no presente, que eles reivindicam os direitos ao território e as suas demais necessidades, ao mesmo tempo em que reforçam uma cultura política própria vinculada à sua cultura histórica para o estabelecimento de novas táticas junto ao Estado brasileiro (ALMEIDA, 2007).

Registra-se que, quando os Terena estão nessa ação e nesse movimento em busca de soluções para os seus problemas, os não índios imediatamente negam a sua identidade indígena. Afirmam que esses índios, diante das informações adquiridas e pelas transformações vividas, “perderam” a sua cultura, a sua identidade étnica e, por isso, não são mais “índios de verdade”. Segundo essa concepção, não possuiriam os direitos que estão reivindicando, especialmente o territorial. Essa é a principal disputa entre índios e não índios em Mato Grosso do Sul. Os argumentos utilizados pelos não índios para tais afirmações residem em algumas questões tais como: o fato de muitos índios não falarem mais a língua Terena; o de que muitos índios estão vivendo nas cidades⁵, estudando ou trabalhando; outros, mesmo vivendo nas aldeias, possuem tecnologias comuns à sociedade envolvente. Na concepção dos não índios, esses fatores não dizem respeito à cultura indígena e, portanto, “não são mais índios”, de modo que, por essas mesmas razões, não possuem direitos sobre as terras ou a qualquer outro direito que estão a reivindicar.

Quanto a essas alegações dos não índios, os Terena argumentam que essas situações e essas perdas por eles vivenciadas foram criadas pelos não índios, desde que se apropriaram das terras indígenas. Essa situação levou os Terena a buscar outras formas de sobrevivências, como a saída das aldeias para trabalhar e estudar nas cidades. Explicam que a principal razão para isso consiste justamente na falta de condições de permanecerem nas aldeias, limitados em uma terra que não é suficiente para suprir suas necessidades básicas, não sendo possível possuir roças para desenvolver sua principal atividade, a agricultura, por meio da qual tinham possibilidades de cultivar alguns produtos para a sua subsistência e ainda comercializá-los nas feiras das cidades. Essa atividade já não é mais possível; na maioria das vezes, para comercializar seus produtos agrícolas, torna-se necessário primeiramente comprá-los dos sítiantes da região para então revendê-los nas cidades. A falta de recursos para garantir sua permanência nas aldeias gera a necessidade das suas saídas tanto para estudar quanto para trabalhar nas cidades⁶, obrigando-os a buscar novas soluções para

5 Na casa de parentes ou de amigos mais próximos; na cidade de Campo Grande, os Terena vivem principalmente nas aldeias urbanas Marçal de Souza, Água Bonita, Darcy Ribeiro. Em Aquidauana, recentemente fundaram a primeira aldeia urbana da cidade – como eles mesmos a identificam.

6 Lembrando que essa atividade de saírem de suas aldeias em busca de empregos, tanto nas fazendas quanto nas cidades da região, não é uma atividade nova; ela já faz parte do cotidiano Terena há bastante tempo, como já destacaram os trabalhos realizados por Roberto Cardoso de Oliveira, em especial “Urbanização e tribalis-

os velhos problemas existentes.

Entre as suas principais reivindicações atuais, constam a revisão, ampliação e a demarcação do território, para cuja compreensão é imprescindível a definição de “terra indígena”, conforme noção estabelecida por Pacheco de Oliveira:

A definição de terra indígena – ou seja, o processo político pelo qual o Estado reconhece os direitos de uma “comunidade indígena” sobre parte do território nacional – não pode ser pensada ou descrita segundo coordenadas de um fenômeno natural. Longe de serem imutáveis, as áreas indígenas estão sempre em permanente revisão, com acréscimos, diminuições, junções e separações. Isto não é algo circunstancial que decorra apenas dos desacertos do Estado ou iniciativas espúrias de interesses contrariados, mas é constitutivo, fazendo parte da própria natureza do processo de territorialização de uma sociedade indígena dentro do marco institucional estabelecido pelo Estado-Nacional. (OLIVEIRA, 1999a, p. 177)

A análise de Pacheco de Oliveira aponta para os vários fatores que envolvem o processo de definição e reconhecimento de uma terra indígena, entre os quais se destacam as junções e as separações de acordo com a lógica indígena, a qual parece ainda passar despercebida para o Estado brasileiro. Entre os Terena, juntar e separar é um processo comum, que ocorre por diferentes motivos. Desde o período colonial, de acordo com Susnik (1981), eram ações usadas pelos povos Aruaque, também evidenciadas pelos vários documentos da DGI e do SPI e por informações obtidas com os Terena por meio das entrevistas em suas aldeias: essas junções e separações fazem parte da própria dinâmica do grupo. Embora alterada pela limitação da terra, os Terena continuam a realizá-la, sobretudo com a organização de novas aldeias, as quais continuam sendo formadas para atender as necessidades do grupo.

Nesse sentido, mais uma vez recorre-se a Pacheco de Oliveira (1999a) que pontua ser necessário compreender a noção de território, o qual difere da concepção estabelecida pelo Estado-Nação que determina limites fixos e determinados. Para os povos indígenas, as fronteiras territoriais são mais fluidas e oscilam regularmente conforme suas necessidades e as alterações delas decorrentes. Por isso, mais uma vez é necessária a apropriação do que ele definiu como “processo de territorialização”, ou seja, um processo de mão dupla em que se consideram as ações e interesses do Estado brasileiro e as ações indígenas. Nessa perspectiva, pode-se considerar que os Terena trabalham ativamente para a recuperação e reconstrução de parte das antigas aldeias que perderam, pressionando o Estado brasileiro e negociando com ele.

Andrey Cordeiro Ferreira, em 2007, privilegiou, em seu estudo, as relações que os Terena mantiveram com o Estado brasileiro ao longo de sua história. Assim, em seu trabalho “Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro”, privilegiou o **protagonismo étnico** para evidenciar as ações políticas dos Terena, tanto internas, nas aldeias, quanto externas a elas, junto à sociedade envolvente. Destaca-se, no seu trabalho, a noção de protagonismo étnico, formulada a partir de “uma narrativa que toma a noção de **‘resistência’** como um operador central para a construção da memória e história indígena” (FERREIRA,

mo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes”, publicado em 1968, demonstrando a saída das aldeias para trabalhar nas cidades. O trabalho de pesquisa desenvolvido por Galan (1994), que evidencia a importância do trabalho agrícola e a venda dos produtos pelas mulheres nas feiras das cidades. Essas atividades permanecem; no entanto, outras modalidades de trabalho foram incorporadas pelos Terena.

2007, p. 235).

É nesse sentido que os Terena, no contexto atual em que vivem, com acesso a tecnologias e a inúmeras informações dela decorrentes, reforçam sua memória histórica, firmada no seu passado de lutas, vitórias e colaborações. É diante dela que se posicionam em face do Estado brasileiro. Ainda nessa perspectiva, e novamente demonstrando o protagonismo étnico indígena, consta a “defesa de um projeto político, o da ‘ocupação de espaços’ dentro dos órgãos de Estado” (FERREIRA, 2007, p. 235).

Essa situação era comum aos Terena ainda no Império, quando ofereciam os seus préstimos às autoridades brasileiras que, por sua vez, os aceitavam de bom grado já que necessitavam da sua mão de obra, do seu conhecimento da região, da busca para “civilizar” as denominadas “hordas selvagens”, para compor as campanhas militares, entre outras funções que desempenhavam junto ao Império. Pode-se dizer que essas táticas dos Terena foram atualizadas durante a República quando reelaboraram as suas relações com o governo brasileiro, tendo por base as relações estabelecidas anteriormente. Dessa forma, os capitães Terena ocupavam lugar na estrutura do Estado entre outras funções que passavam a exercer na produção agrícola do Posto Indígena e em outras atividades que envolviam os cuidados domésticos com as casas e as famílias dos agentes do SPI – como será demonstrado mais adiante –, o que implicava o estabelecimento de novas relações entre índios e não índios e novos espaços de circulação na própria estrutura protetora. Nessa perspectiva, os Terena tomavam ciência do funcionamento burocrático do SPI e apropriavam-se de novos códigos.

Essa relação extrapolou os limites das reservas e os Terena passaram a ocupar novos espaços na esfera política e econômica na região. Nesse contexto contemporâneo, destacam-se os funcionários do Estado, como os professores e demais profissionais que ocupam funções dentro das escolas inseridas nas aldeias, os agentes de saúde, entre outros espaços por eles ocupados dentro das universidades como estudantes; enfim, o protagonismo étnico permite compreender as inúmeras ações que têm elaborado para suas reivindicações.

Essa nova situação tem provocado mudanças significativas entre os Terena, fortalecendo as suas lideranças, procurando somar os conhecimentos tradicionais aos conhecimentos acadêmicos para que possam garantir maior sucesso nas suas reivindicações por direitos. Para executarem essas atividades, é fundamental compreender como funciona a elaboração de projetos para garantir recursos nas aldeias. Os professores Terena têm-se aperfeiçoado nessa nova modalidade instrumental e política, no que se refere à elaboração de projetos, para lidar com esse novo e importante mecanismo entre eles.

Como já mencionado, há uma preocupação constante com a educação escolar, já apontada por Galan (1994) e por Carvalho (1996), no final da década de 90 do século XX, quando o problema estava em sair da aldeia para continuar os estudos nas cidades, pois as aldeias ofereciam somente o ensino “primário”. Essa preocupação, claramente percebida nas falas e nas ações dos Terena, aumentou à medida que a demanda também cresceu, tanto nas aldeias quanto nas cidades, sobretudo para a conclusão do ensino superior, que exige dos acadêmicos disposição não só para os estudos, mas também para o enfrentamento das dificuldades deles decorrentes. Por essas, entre outras razões, que incluem as possibilidades de trabalho remunerado dentro das aldeias, tornam-se motivos

de satisfação e alegria para a família quando voltam “formados”, especialmente os professores, tornando-se exemplos para que outros índios sigam o mesmo caminho.

Em suma, esse fato é facilmente percebido nas aldeias Terena. O respeito e a formalidade com que se tratam nas escolas e no cotidiano são visíveis entre eles, situação que mostra o “status” de sua posição perante o grupo. A busca pela conclusão do ensino superior requer algumas ações dos Terena, entre elas o seu deslocamento para as cidades, onde se deparam com os novos desafios que implicam novas formas de se relacionarem com o “outro”. Nesse processo, suas relações são ressignificadas com os não índios, de várias formas, na perspectiva de formarem alianças que contribuam para sua permanência na universidade. No decorrer desse processo, são conduzidos à pesquisa, também com a perspectiva de receberem bolsas para desenvolvê-la em suas aldeias, algumas das quais resultaram na continuidade de seus trabalhos dentro de programas de pós-graduação, originando novas pesquisas produzidas pelos próprios Terena, que registraram suas experiências e apontaram novas alternativas para a compreensão de sua história. Essa situação está sendo ampliada entre eles, estendendo-se aos demais índios do Estado de Mato Grosso do Sul: os Guarani Kaiowá, Kinikinau, Kadiwéu, que também se encontram nos programas de pós-graduação realizando suas pesquisas, situação comum a outros índios do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México – séculos XVIII e XIX). In: GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **O índio na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BALTAZAR, Paulo. **O processo decisório dos Terena**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

BARTH, Frederick. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Trad. de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação**. *Tellus*, Campo Grande, ano 14, n. 26, p. 11-29, jan./jul. 2014.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad**. México: Grijalbo, 1990.

CARVALHO, Fernanda. **"Koixomuneti" e outros curadores: xamanismo e práticas de cura entre os Terena**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

CASTRO, Iara Quelho de; VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. Os pesquisadores de índios e os índios pesquisadores. **Outros tempos**, São Luís, v. 10, n. 16, 2013, p. 1-22.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Introdução a uma história indígena**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e resistência indígena: Etnografia e história das relações entre os Terena e o Estado brasileiro**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

GALAN, Maria Cristina. **As Terena**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994.

GARCIA, Adilso Campos. **A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.

MIRANDA, Claudionor do Carmo. **Territorialidade e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. **Armas e armadilhas:** História de resistência dos índios. In: NOVAES, Adatao. A outra margem do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. **O Desafio da História Indígena no Brasil.** In: SILVA, A. L.; GRU-PIONI, L. D. B. (Org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

OBERG, Kalervo. **A economia Terena no Chaco.** Trad. de Sílvia M. S. Carvalho. Terra Indígena, Araraquara, n. 55, p. 20-39, abr./jun. 1990.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em Antropologia Histórica.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1999a.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem da volta:** etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Contra Capa: Rio de Janeiro, 1999b.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao Bugre:** o processo de assimilação dos Terêna. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Urbanização e Tribalismo:** a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PEREIRA, Levi Marques. **Os Terena de Buriti:** formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2009.

RAPPAPORT, Joanne. **Cumbe renaciente:** uma história etnográfica Andina. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropologia e História, 2005.

SUSNIK, Branislava. **Los aborígenes del Paraguay:** etnohistoria de los chaqueños – 1650 - 1910. Asunción: Museo Etnográfico "Andrés Barbero", 1981.

TAUNAY, Visconde de. **Campanha de Matto Grosso:** cenas de viagem. 2. ed. São Paulo: Livraria do Globo, Irmãos Marrano, 1923.

TAUNAY, Visconde de. **Entre os nossos índios.** São Paulo: Companhia Melhoramento, 1931.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira Vargas. **A construção do território Terena (1870-1966):** uma sociedade entre a imposição e opção. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2003.

VENTURA, Augusto dos Santos; AMADO, Luiz Henrique Eloy. **Os Terena e o ensino superior para indígenas no Mato Grosso do Sul.** In: CUNHA, Manuela Carneiro da. CESARINO, Pedro de Niemeyer (Org.). Políticas culturais e povos indígenas. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

Recebido em: 12 de outubro de 2019.

Aprovado em: 20 de dezembro de 2019.

